



## Abaçai Cultura e Arte

CNPJ 50.590.215/0001-88

Demonstrações Financeiras – (valores em reais)

Balço Patrimonial 31 de Dezembro de 2013 e 2012			
Ativo	Notas	2013	2012
<b>Circulante</b>		<b>2.894.316</b>	<b>1.643.307</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.835.108	1.611.926
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.835.108	1.611.926
<b>Créditos a Receber</b>		<b>59.208</b>	<b>31.381</b>
Tributos a Recuperar	-	3.925	2.360
Despesas Antecipadas	-	43.645	-
Outros Créditos	-	11.638	29.021
<b>Não Circulante</b>		<b>1.272.519</b>	<b>1.160.810</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>1.097.572</b>	<b>1.035.513</b>
Aplic.s Financeiras – Recursos com Restrição	5	986.604	924.545
Depósitos Judiciais	10	110.968	110.968
<b>Imobilizado</b>		<b>174.947</b>	<b>125.297</b>
Bens Imobilizados sem Restrição	6	634.162	551.256
(-) Depreciação Acumulada	2-e	(459.215,0)	(425.959,0)
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.166.835</b>	<b>2.804.117</b>

Passivo	Notas	2013	2012
<b>Circulante</b>		<b>3.092.649</b>	<b>1.751.443</b>
Fornecedores de bens e serviços	7	710.841	297.860
Obrigações Trabalhistas	8	709.930	616.704
Obrigações Tributárias	0	71.726	43.141
Recursos de Projetos em Execução	9	1.598.053	793.738
Recursos Abaçai - Ação Cultural	-	2.099	-
<b>Não Circulante</b>		<b>1.065.101</b>	<b>1.042.206</b>
Fundo de Reserva do Contrato de Gestão	9	774.000	791.043
Reserva de Contingência CG	9	126.000	133.502
Imobilizado com Restrições - CG Estado	9	165.101	117.661
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>9.085</b>	<b>10.468</b>
Patrimônio Social	11	9.085	10.468
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>		<b>4.166.835</b>	<b>2.804.117</b>

nância c/ as respectivas receitas oriundas do contrato de gestão. Não considerando a aprovação da prestação de contas pelos órgãos fiscalizatórios como indispensável p/ o reconhecimento de receitas e despesas. Sendo assim sua contabilização obedece ao determinado pela (NBC) TG07 "Subvenções e assistência governamentais".

• **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

e) **Imobilizado - Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessário. **Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear c/ relação as vida úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas p/ os períodos correntes e comparativos são as seguintes: **01/01/2013 - 01/01/2012:** Móveis e utensílios - 10 anos - 10 anos. Máquinas e equipamentos - 10 anos - 10 anos. Software - 5 anos - 5 anos. Equipamentos de Informática e comunicação - 5 anos - 5 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) **Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A Adm. da Organização revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, c/ o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão p/ "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) **Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos** - A Adm. da Organização não pratica transações significativas de vendas a prazo c/ valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

h) **Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Organização tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido p/ liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos p/ o passivo.

i) **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Organização e seu custo ou valor puder ser mensurado c/ segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido p/ liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados quanto sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) **Gerenciamento de risco** - A Organização apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Risco de mercado; A Organização apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Organização, as políticas e os processos p/ manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16.

**Estrutura do gerenciamento de risco** - As políticas de gerenciamento de risco da Organização são estabelecidas p/ identificar e analisar os riscos enfrentados, p/ definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente p/ refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Organização.

l) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As práticas contábeis p/ registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes c/ êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis c/ suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

k) **Demonstração dos fluxos de caixa** - A Adm. da Organização apresenta fluxos de caixa às ativ. operac. usando método indireto, segundo o qual resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações e que envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxo de caixa das atividades de investimentos ou de financiamento.

4- **Caixa e equiv. de caixa**

Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/13 e 2012			
Patr. Social	Superávit/Déficit	Total Patr. Líq.	
10.467	-	10.467	
			<b>Saldos iniciais 31/12/12</b>
			<b>Movimentação Período</b>
			Superávit/Déficit Período
			Saldos finais 31/12/13
10.467	-1.382	9.085	

### Notas Explicativas da Adm. as Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

1. **Contexto operacional** - A Abaçai Cultura e Arte criada em 07/07/77, é uma organização social de direito privado, s/ fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Cultura por ato do Governador do Estado de São Paulo. Ela tem por finalidade: fomentar o desenvolvimento de práticas e produção cultural por meio de teatro, música, dança folclore e ações de inclusão social, como meio de produção e desenvolvimento econômico e social de combate à pobreza; a promoção à cultura; e a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. A Organização possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão c/ a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo ou patrocínio de projetos, inclusive por Lei de Incentivo à cultura. A Organização goza da isenção de tributação de renda e da contribuição social sobre o superávit, por se tratar de uma organização social, s/ fins lucrativos, todavia, contribui c/ o imposto de renda incidente sobre ganhos em aplicações financeiras mediante retenção por parte das instituições financeiras nas quais as aplicações financeiras são realizadas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Cons. fiscal e Cons. Deliberativo da Organização na data 27/01/2014, conforme ata de reunião.

2. **Apresentação das demonstrações contábeis** - a) **Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Organização, findas em 31/12/2013 e de 2012, foram preparadas de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades s/ finalidade de lucros, conforme pronunciamento ITG 2002 "Entidade s/ finalidade de lucro", Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG07 "Subvenções e assistência governamentais", todas emitidas pelo Cons. Federal de Contabilidade (CFC). b) **Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas c/ base no custo histórico. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Organização é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. d) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo c/ as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Adm. faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões c/ relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamento crítico referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. e) **Demonstração do resultado abrangente** - Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do superávit ou déficit como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A Organização não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente.

3. **Principais políticas contábeis** - As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. a) **Instrumentos financ.** - Ativos financ. não derivativos A Organização reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financ. são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Organização tem seus ativos e passivos financ. não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. Ativos financ. registrados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido p/ negociação e seja designado como esse no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financ. designados pelo valor justo por meio do resultado se a Organização gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo c/ a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Organização. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financ. registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Passivos financ. não derivativos Os passivos financ. são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Organização se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Organização baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Organização tem os seguintes passivos financ. não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Esses passivos financ. são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financ. são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

b) **Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por valores de liquidez imediata e c/ vencimento original de até 90 dias e c/ risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. c) **Instrumentos financ. derivativos** - Não houve operações c/ instrumentos financ. derivativos durante o exercício de 2013. d) **Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados** - O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade c/ o regime contábil de competência de exercício. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Organização e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida e conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão e projetos especiais originados de contratos c/ a Secretaria de Cultura, convênios e Patrocínios são registrados da seguinte forma: • **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07. O reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar a contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor. • **Consumo c/ despesas:** quando ocorrem os gastos no decorrer do exercício ou fechamento de contratos c/ prestadores de serviços p/ realização dos serviços do orçamento anual contido no contrato de gestão referentes ao mês de dezembro, especificamente, independente da emissão da nota fiscal de serviços e do desdobramento financeiro estes contratos têm suas despesas correspondentes reconhecidas em contrapartida no passivo circulante. Dessa forma, os contratos de prestadores de serviços cujo desembolso financeiro ainda não ocorreu estarão já reconhecidos como despesas do exercício apesar de não constarem na prestação de contas da Secretaria da Cultura, pois somente serão apresentados em prestação de contas quando houver o desembolso financeiro. A entidade parte do princípio que cumpre todas as prerrogativas exigidas pelo contrato de gestão p/ que tais despesas sejam reconhecidas no resultado em conso-

Superávit ou Déficit do Exercício Exercícios Findos em 31/12/13 e 2012			
Receitas Operacionais	Notas	2013	2012
Com Restrição		14.160.089	11.781.579
Recursos do Contrato de Gestão	9	13.943.583	11.582.871
Patrocínio de Projetos	9	216.507	198.708
<b>Sem Restrição</b>		<b>5.682</b>	<b>28.951</b>
Receitas de Ações Culturais		-	28.832
Contribuições e Doações Voluntárias		5.510	-
Rendimentos Financeiros		172	119
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>			
<b>Com Contrato de Gestão</b>		<b>(14.160.089)</b>	<b>(11.781.579)</b>
Eventos	12	(6.236.364)	(7.306.705)
Pessoal	13	(4.225.153)	(3.706.886)
Prestação de Serviços		(247.123)	(121.341)
Despesas Administrativas Gerais		(3.277.330)	(580.346)
Despesas Financeiras		(173.512)	(66.134)
Outras Despesas		(607)	(167)
<b>Resultado Bruto/ Despesas Operacionais</b>		<b>(7.065)</b>	<b>(28.951)</b>
<b>Não Vinculadas ao Contrato de Gestão</b>		<b>(7.065)</b>	<b>(12.725)</b>
Despesas Gerais de Produção		(7.065)	(12.725)
Serviços Prestados		-	(12.657)
Despesas Financeiras		-	(528)
Depreciação e Amortização		-	(1.996)
Outras Despesas		-	(1.045)
<b>Superávit/Déficit do Período</b>		<b>(1.382)</b>	<b>-</b>

Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012			
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2013	2012	
Superávit(Déficit) do Período	(1.382)	-	
Ajustes por: (+) Depreciação	33.255	19.147	
<b>Superávit(Déficit) Ajustado</b>	<b>31.873</b>	<b>19.147</b>	
<b>Aumento(Diminuição) nos Ativos Circulantes</b>			
Tributos a Recuperar	(1.565)	(2.360)	
Outros Créditos	17.383	11.942	
Depósitos Judiciais	-	(20.765)	
Despesas Antecipadas	(43.645)	-	
<b>Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes</b>			
Fornecedores de bens e serviços	412.981	(1.470.652)	
Obrigações com Empregados	93.226	(13.662)	
Obrigações Tributárias	28.585	(45.563)	
Outras Obrigações a Pagar	2.099	-	
<b>(=) Caixa Líq. Gerado pelas Ativ. Operacionais</b>	<b>540.937</b>	<b>(1.521.913)</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Aplicações Financeiras	(62.059)	673.785	
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(82.906)	(134.812)	
<b>(=) Caixa Líq. Consumido pelas Ativ. de Invest.</b>	<b>(144.965)</b>	<b>538.973</b>	
<b>Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamento</b>			
Contrato de Gestão	827.210	402.168	
<b>(=) Caixa Líq. Consumido pelas Ativ. de Financ.</b>	<b>827.210</b>	<b>402.168</b>	
<b>(=) Variação Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa</b>	<b>1.223.182</b>	<b>(580.772)</b>	
<b>(=) Aum./Red. Líq. de Caixa e Equiv. de Caixa</b>	<b>1.223.182</b>	<b>(580.772)</b>	
<b>Caixa e Equiv. de Caixa no Início do Período</b>	<b>1.611.926</b>	<b>2.192.698</b>	
<b>Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Período</b>	<b>2.835.108</b>	<b>1.611.926</b>	

Descrição	2013	2013	2013	2012
Abaçai	% Deprec.	Custo Corrigido	Deprec. Acumul.	Imob. Líquido
Obras de arte	-	1.000	-	1.000
Móveis e utensílios	10%	126.315	(122.845)	3.470
Máquinas equip.	10%	4.710	(3.034)	1.676
Computadores e Periféricos	20%	135.944	(132.244)	3.700
Instalações	10%	3.312	(3.312)	-
Benfeit. Imóv. Terc.		44.913	(44.913)	-
Imobilizado Exerc. Anteriores		104.461	(104.461)	-
		<b>420.655</b>	<b>(410.809)</b>	<b>9.846</b>
<b>CG 010/2011</b>				
Móveis e utensílios	10%	46.580	(7.910)	38.670
Computadores e periféricos	20%	111.779	(31.983)	79.796
Máquinas equip.	10%	13.704	(1.578)	12.126
Direito de uso de software	20%	39.604	(6.751)	32.853
Instalações	10%	1.840	(184)	1.656
		213.507	(48.406)	165.101
<b>Total Imobilizado</b>		<b>634.162</b>	<b>(459.215)</b>	<b>174.947</b>

**Imobilizado - Abaçai** - Corresponde aos bens patrimoniais de propriedade Organização antes do contrato de gestão. **Imobilizado - contrato de gestão** - A Adm. da Organização deve comunicar à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que forem realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser patrimonializado pela Secretaria de Estado da Cultura no prazo de 30 dias após sua ocorrência. **Movimentações no ativo imobilizado:**

Descrição	2012	2013	2013	2013
	Custo Corrigido	Deprec. Acumulada	Adições	Imobilizado Líquido
Obras de arte	1.000	-	-	1.000
Móveis e utensílios	167.048	(130.755)	5.927	(80)
Máquinas equip.	10.610	(4.612)	7.804	(850)
Computadores e Periféricos	219.912	(170.978)	68265	117.199
Instalações	3.312	(3.496)	1840	1.656
Benfeitorias Imóv. de Terc.	44.913	(44.913)	-	-
Imob. Exercícios Anteriores	104.461	(104.461)	-	-
<b>Total Imob.</b>	<b>551.256</b>	<b>(459.215)</b>	<b>83.836</b>	<b>(930)</b>

7 - Fornecedores - Descrição	2013	2012
Fornecedores	710.840	297.860
<b>Total</b>	<b>710.840</b>	<b>297.860</b>
Refer-se a obrigações decorrentes de compras de materiais de escritório e outros, e contratação de prestadores de serviços e pessoas físicas, bem como aos gastos com fornecedores do "Contrato de gestão", o qual corresponde aos compromissos assumidos com fornecedores quando a aquisição de materiais e contratação de prestadores de serviços, cuja liquidação ocorre no mês subsequente. Referem-se a gastos relacionados ao desenvolvimento das atividades conforme estabelecido no programa de trabalho da Organização, enviada para A secretaria da Cultura. <b>8 Salários, férias e encargos sociais - Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Provisão de férias e encargos	432.630	373.891
Salários a pagar	142.094	129.187
INSS a recolher	67.885	57.304
FGTS a recolher	24.363	20.774
PIS a recolher	4.004	1.793
INSS a recolher s/ PF e PJ	38.773	33.728
Contribuição sindical a recolher	180	27
<b>Total</b>	<b>709.929</b>	<b>616.704</b>

**9 Projetos a executar - • Contrato de Gestão nº 25/2008** - Os recursos do Fundo de Reserva no montante de R\$ 126.000 e do Fundo de Contingência Trabalhista no montante de R\$ 619.415 referentes a este contrato de gestão foram autorizados a sua transferência p/ o novo contrato de gestão sob nº 10/2011. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 95.880 é decorrente de alguns passivos não liquidados e depósitos judiciais de processos trabalhistas ainda não concluídos. A Adm. da Organização está em discussão p/ direcionamento dos recursos junto à Secretaria do Estado da Cultura do Estado de São Paulo. • **Contrato de Gestão nº 10/2011** Em 29 de dezembro de 2011, foi firmado o contrato de gestão sob nº 10/2011, c/ vigência de 01 janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015, junto a Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo,

continua ...

## ... continuação

conferindo recursos financ. destinados ao fomento e à operacionalização da execução dos programas e projetos determinados pela Secretaria do Estado da Cultura. O presente contrato teve importância global estimada em R\$ 54.299.316. Em 06/11/2013 este contrato teve seu 5º aditamento aumentando o total de recursos para: R\$ 55.779.417. Os recursos repassados pela Secretaria de Estado da Cultura, vinculados ao contrato de gestão, são direcionados especificamente p/ custeio das ações previstas, segundo metas e plano de trabalho, respeitados a orientação vocacional de cada programa e projeto, bem como o equipamento cultural e as especificações da população atingida por cada ação, visando sempre auxiliar a Secretaria de Estado da Cultura na elaboração, execução e implementação de ações culturais que tenham como foco o cidadão paulista, dentre os ditames da Constituição do Estado de São Paulo. Além dos recursos oriundos de gestão, a Organização contribuiu c/ recursos próprios, em regime de contrapartida p/ as despesas, no montante de R\$ 222.017 constituído por captações recebidas por patrocínio e doações privadas. **i) Fundo de reserva e de contingência:** corresponde a recursos retidos do contrato de gestão a título de reserva c/ destinação específica. Após o encerramento do Contrato de Gestão nº 025/2008, os recursos foram transferidos p/ o Contrato de Gestão sob nº 10/2011. Esses recursos estão mantidos em aplicações financeiras, acrescidos de seus rendimentos, conforme a Nota Explicativa nº 5; **ii) Obrigações c/ o Estado – imobilizado:** a Organização adota como critério p/ reconhecimento de obrigação de longo prazo p/ c/ o Estado, o registro de valor equivalente ao montante de seu ativo imobilizado vinculado ao contrato de gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de receita, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de depreciação acumulada, conforme a Nota Explicativa nº 6. Outras informações Por força dos contratos de gestão, a Organização está obrigada a cumprir determinadas metas, desenvolvimento das atividades, cumprimento das metas e do retorno obtido pela organização social c/ a aplicação dos recursos sob sua gestão, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Organização poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados a descontinuidade do contrato de gestão. A Adm. da Organização avalia que em 2013 as metas foram cumpridas e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura. Até o momento, não houve qualquer manifestação contrária por parte da Secretaria de Estado da Cultura. **10 Provisão contingências -** A Organização, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Adm. apoiada de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão p/ contingências. A rubrica contábil "Reserva de contingência" no montante de R\$ 126.000 foi constituída e aprovada pela secretaria p/ cobertura de eventuais contingências. Segundo a avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Organização, as contingências relacionadas c/ processos administrativos e judiciais nas esferas trabalhistas são resumidas e classificadas pelo critério de probabilidade de perda, conforme segue: **2013/2012 – probabilidades de perda**

Contingência	Deposito Judicial	Remota	Total
Trabalhista	-	8.000	8.000
Cível	11.327	-	11.327
	<b>11.327</b>	<b>8.000</b>	<b>19.327</b>

O depósito judicial está registrado contabilmente desde 2012 e a contingência remota de acordo com o CPC está somente divulgada na presente nota. **11 Patrimônio líquido - Patrimônio social -** O patrimônio social é constituído por bens móveis e imóveis que a Organização possui ou venha a adquirir por compra, doações, donativos, auxílios oficiais, dotações ou subvenções de qualquer tipo ou natureza, e compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores de superávit (déficit) anuais destinados à manutenção de seu objeto social. Em caso de desqualificação da Organização no contrato de gesto, os bens adquiridos por meio dos recursos repassados serão transferidos integralmente a outra Organização social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/1998 e no Decreto Estadual nº 43.493/1998. **12 Despesas com eventos -**

Despesas com Eventos	2013	2012
Revelando São Paulo	1.966.212	1.691.495
Revelando São Paulo – Vale do Paraíba	269.280	297.417
Revelando São Paulo – Vale do Ribeira	208.150	199.616
Revelando São Paulo – E. Serras e Aguas	211.825	164.979
Ações Contínuas	54.727	61.876
Mapa Cultural Paulista	784.791	804.879
Atendimento aos Municípios	1.189.831	973.846
Encontro de Dirigentes de Cultura	89.245	59.765
Festival de Teatro de Caraguatubá	279.899	319.462
Festival Nacional de MPB – Avaré	140.243	163.824

Festival Nacional de MPB – Botucatu	146.380	179.521
Festival Nacional de MPB – Ilha Solteira	162.436	183.924
Mostra Est. Violas Pont. Sta Fe	120.589	129.798
Ponto de Cultura	171.945	323.605
Conferencia Estadual de Cultura	339.192	4.605
C.G.E Campanhas Estadual Cultura	1.104	290.462
C.G.E Apoio Proj. Volt Cultura Negra	254.285	95.925
C.G.E Show Celebração Conc. Negra	450.490	428.792
C.G.E Projeto Cultural Indígena	112.162	71.948
C.G.E Projeto Cultural Cigano	46.040	31.198
C.G.E Memorial da Cultura LGBT	203.124	102.221
C.G.E Material Gráfico	-	109.527
C.G.E Apoio Proj. Cult. O. Naturezas	120.136	31.816
P.H.H Encontro Paulista de Hip Hop	365.627	276.143
P.H.H Duplicação de DVD	-	4.260
P.H.H Incentivo e Apoio Prod. Cultural H.H	-	20.500
P.H.H Of. e Ativ. Lig. Formação Cult. H.H	-	20.000
P.H.H Desenv. Implant. Novos Pro H.H	-	29.500
Gestão Arquivística de Documentos	2	6.488
Cultura nos Parques	-	2.901
A.C.G.E Apoio Proj. Rec. Afro	-	(1.325)
C.G.E Campanha Est. Diversidade Sexual	-	82
C.G.E Apoio Proj. Volt. P/Cult. GLBT	116.298	-
C.G.E Campanhas Integradas	50.486	-
C.G.E Apoio Proj. Volt. p/Pesc	52.228	-
Festival Nacional de MPB P. Barreto	108.757	-
P.H.H Literatura Memoria e Oral	40.000	-
II Tea Estadual Pto. Cultura Est.	500.572	-
C.G.E. Dia Nacional do Samba	146.508	-
Secretaria Cultura – Convenio 2012cv00	55.694	-
<b>Despesas com Eventos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Exp. LGBT Moda Tend. Arte	143	-
Liquigas Distribuidora S/A	10.592	-
Fundação Cassiano Ricardo	-	198.708
Ação Cultural	-	28.951
<b>Total dos Eventos</b>	<b>8.768.996</b>	<b>7.306.356</b>
<b>13 - Despesas com pessoal -</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Ordenados e salários	2.250.561	1.910.462
INSS	620.811	583.543
Vale-refeição	259.057	224.692
Provisão de férias/13º Salário e Encargos	565.032	421.593
FGTS	215.473	206.356
Assistência médica / odontológica	186.890	162.653
Vale Transporte	54.601	55.989
PIS s/ folha	25.153	26.076
Outros	47.575	115.523
<b>Total</b>	<b>4.225.153</b>	<b>3.706.887</b>

**14 Partes relacionadas -** A Organização possui transações com o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Cultura, através das quais são recebidos montantes p/ custear as atividades da Organização, além do recebimento de bens integrantes do ativo imobilizado. Dessa forma, parcelas significativas dos ativos da receita da Organização estão relacionadas ao contrato de gestão c/ o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura. Remuneração de administradores Os administradores da Organização são remunerados por meio de salários e registrados sob-regime CLT, que estão apresentados na rubrica "Despesa de pessoal", no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de Conselheiros. A Adm. da Organização não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo p/ a diretoria e Administração. **15 Instrumentos financ. -** Os instrumentos financ. da Organização incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários e férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financ. aproximam-se dos seus valores de mercado. A Adm. e a gestão desses instrumentos são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Adm. da Organização. **16 Gestão de risco -** Considerações gerais e políticas A Organização possui uma política formal p/ gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. **Risco líquido** - É o risco que a Organização irá encontrar em cumprir c/ as obrigações associadas c/ seus passivos financ. que são liquidados c/ pagamentos à vista ou c/ outro ativo financeiro. A gestão prudente de risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de créditos compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em 2013 o Índice de Liquidez apresentado pela Organização é de 1, estando dentro do exigido no contrato de gestão. **Risco de crédito -** O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em

virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras. Em 2013 o Índice de Risco de Crédito apresentado pela Organização é de 1, estando dentro do exigido no contrato de gestão. **17 Cobertura de seguros -** A Organização adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos p/ os bens do ativo imob. por montantes considerados suficientes p/ cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores, em 31/12/2013, é assim demonstrada: **• Riscos operacionais:** R\$ 215.000 **• Danos materiais:** R\$ 1.647.000 **• Responsabilidade civil:** R\$ 150.000

**Silvio Marcondes de Castro -** Diretor Executivo  
**Luiz Carlos Vinha -** Diretor Adm./Financeiro  
**Washington Luis de A. Batista -** Contador - CRC 1SP - 156.679/O-5  
**Relatório dos Auditores Independentes**  
Aos Diretores e Conselheiros da **Abaçaí Cultura e Arte** São Paulo - SP 1. Examinamos as demonstrações contábeis da **Abaçaí Cultura e Arte** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis - 2.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes - 3.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis - 4.** Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Abacaí Cultura e Arte, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades sem finalidades de lucros. **Ênfase - 5.** Conforme nota explicativa nº 3.d "Consumo de Despesas" a Organização reconheceu as despesas referentes aos gastos com prestadores de serviços contratados conforme regras do Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da cultura com base nos contratos assinados para realização dos serviços mesmo sem ter havido o desembolso financeiro dentro do exercício. Este fato decorre de algumas situações causadas por fatores externos alheios a vontade da Organização, como exemplo o incêndio no Memorial da América Latina, onde ocorreriam vários eventos já contratados, mas que tiveram que ser adiados. Dessa forma após reconhecida a despesa a Organização mantém a obrigação de pagar tais prestadores de serviços no seu Passivo Circulante, não constando mais, tais valores, como saldo de projetos a executar. **Outros Assuntos - 6.** O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 20 de fevereiro de 2013, sem ressalvas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Organização referentes ao exercício de 2012 e, dessa forma, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis do exercício de 2012 tomadas em conjunto. São Paulo, 28 de janeiro de 2014.  
**Tatiane Brose Pires de Sena -** Contador CRC 1 RS 061575/O-4 "T"  
**Senacont Auditoria S/S -** CRC 2 SP 25207/O-3



## A CASA MUSEU DE ARTES E ARTEFATOS BRASILEIROS

CNPJ/MF nº 03.031.145/0001-48

www.mcb.org.br

## CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2012 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Retificamos os índices das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS publicados em 29/01/14 no Diário Oficial de São Paulo, nas páginas 23 a 26, referente a ação 8 do Programa de Exposições e Programação Cultural e ação 16 do Programa de Serviço Educativo e Projetos Especiais.

PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES E PROGRAMAÇÃO CULTURAL							PROGRAMA DE SERVIÇO EDUCATIVO E PROJETOS ESPECIAIS						
Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%	Nº	Ação	Indicador de Resultados	Período	Meta	Realizado	%
8	Monitorar os índices de satisfação do público com as exposições	Índice de satisfação com as exposições (maior ou igual a 80%)	1º Trim			0	16	Monitorar os índices de satisfação do público escolar com as visitas mediadas	Índice de satisfação com as exposições (maior ou igual a 80%)	1º Trim			0
			2º Trim	>=80%	86,40%	108%				2º Trim	>=80%	96%	120%
			3º Trim			0				3º Trim			0
			4º Trim	>=80%	98,38%	123%				4º Trim	>=80%	97%	121%
			ANUAL	>=80%	94,60%					ANUAL	>=80%	96%	
			ICM %	100%		118%				ICM %	100%		120%

O ICM das Metas Condicionadas estabelecido das ações 32A a 40, é 100%.

## AGROINTER AGROPECUÁRIA S.A.

CNPJ/MF Nº 07.841.124/0001-49 - NIRE 3.130.002.851-8

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

## REALIZADA AOS 12 DE NOVEMBRO DE 2012.

**Data, hora e local:** 12/11/2012, às 09h, na sede social, na Faz. São José do Fecho, s/n, Z. Rural, Frutal-MG. **Presença:** Totalidade do capital social e votante, conforme assinaturas lançadas ao final. **Mesa:** Márcio Fernando Meloni – Presidente; Augusto César Strini Paixão - Secretário. **Publicações:** Dispensada legalmente. **Deliberações:** Restaram aprovadas pela unanimidade dos acionistas: **a)** alteração da sede e foro da sociedade para a Rua Antônio Tovo, 1000, Sala 03, Centro, no município de Dumont, Estado de São Paulo, CEP 14.120-000, passando o artigo 2º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de Dumont, Estado de São Paulo, na Rua Antônio Tovo, 1000, Sala 03, Centro, CEP 14.120-000, podendo instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, sucursais, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior, por deliberação da Diretoria."; **b)** alteração do Foro de Eleição da sociedade para a Comarca de Sertãozinho, Estado de São Paulo, passando o artigo 19º do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 19º - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social, perante o foro da comarca de Sertãozinho (SP) e **c)** alteração dos jornais que serão realizadas as publicações da Companhia elegendo o Diário Oficial do Estado de São Paulo e jornal de circulação local ou Folha de São Paulo. Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida e por todos assinada. Frutal, 12 de novembro de 2012. aa) Márcio Fernando Meloni – Acionista; Augusto César Strini Paixão – Acionista; Espólio de Paulo Roberto Calixto da Silva – Acionista - Representado pela inventariante Ana Carolina Calixto da Silva; Erik Marzliak Pozzi de Castro – Diretor da Santa Mariana Empreendimentos e Participações Ltda. – Acionista; Fábio Marzliak Pozzi de Castro – Diretor da Santa Mariana Empreendimentos e Participações Ltda. – Acionista. A presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. **JUCESP -** Certificado o registro sob o nº 460.126/13-1 e NIRE 3530045986-5, em 03/12/2013, protocolo nº 2.181.087/13-1. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Via Varejo S.A.

CNPJ/MF nº 33.041.260/0652-90 – NIRE 35.300.394.925

## Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Via Varejo S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 12 de fevereiro de 2014, às 9h00min, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Rua João Pessoa, nº 83, Centro, a fim de deliberar sobre a eleição de 2 (dois) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia em substituição a 2 (dois) dos atuais membros, nos termos do Art. 19, §5º do Estatuto Social da Companhia, para um mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2014. **Informações Gerais:** Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 165/91, conforme alterada pela Instrução CVM nº 282/98, a Companhia informa que o percentual mínimo para solicitação de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital votante e, nos termos do artigo 141, § 1º da Lei nº 6.404/76, a requisição da adoção do procedimento de voto múltiplo deverá ser realizada até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGE. Os acionistas e seus representantes legais deverão comparecer à AGE munidos dos documentos hábeis de identidade. Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração, requeremos o envio do instrumento de mandato outorgado na forma da lei com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da AGE, ao Departamento Jurídico Societário da Companhia, na Rua João Pessoa, nº 83, mezanino, Centro, no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, sob protocolo. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia ([www.viavarejo.com.br/ri](http://www.viavarejo.com.br/ri)) e na página da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), conforme Instrução CVM 481/09, cópia dos documentos correlatos referentes à matéria constante da presente Ordem do Dia.

São Caetano do Sul, 28 de janeiro de 2014.

Michael Klein

Presidente do Conselho de Administração

**Edital da Contribuição Sindical – 2014 - Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância na Segurança Privada de Piracicaba e Região "SINDVIGILÂNCIA PIRACICABA".** Base Territorial nos Municípios de Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Cordeirópolis, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes e São Pedro - SP. Sede: Rua Dr. Otavio Teixeira Mendes, 1306, Cidade Alta, Piracicaba – SP. CNPJ 56.979.883/0001-88, Fone (19) 3426-7078. **Contribuição Sindical dos Empregados – Exercício de 2014 - Edital Para Conhecimento das Empresas de Segurança, Vigilância, Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Guarda Patrimonial, e das Contratantes de Vigilância e Segurança Orgânica, Quanto a Sua Obrigação Legal de Desconto e Recolhimento da Contribuição Sindical Profissional.** Pelo presente edital, ficam notificadas e cientificadas todas as empresas da categoria econômica de segurança e vigilância privada, segurança eletrônica, guarda patrimonial e respectivos cursos de formação; assim como as empresas com departamentos orgânicos de vigilância e segurança, com atividade econômica diversa da vigilância ostensiva que utilizem empregados do quadro funcional próprio para esses serviços, conforme preceitua o parágrafo 4º da Lei 7102/83, para que procedam o desconto na folha de pagamento de seus empregados do mês de março 2014, da importância correspondente a remuneração de um dia de trabalho, a título de **Contribuição Sindical**, conforme disposto no título V, capítulo III, da Consolidação das Leis do Trabalho, especialmente artigos 578 - 579 - 580 - 582 - 583, de todos os empregados representados por este Sindicato, que laborem na base territorial da Entidade, e que procedam o seu recolhimento a este Sindicato e demais destinatários legais – art. 589 da CLT -, através do sistema bancário de arrecadação do Ministério do Trabalho e Emprego, coordenado pela CEF – Caixa Econômica Federal, denominado "Contribuição Sindical Urbana", até 30 de abril de 2014, através das guias padronizadas GRCS - ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)). É obrigatória a remessa das guias ao Sindicato Profissional, imediatamente após recolhidas, acompanhadas da relação nominal dos empregados que tenham sofrido o desconto (conforme par. 2º do art. 583 da CLT, e PN 41 do TST). O atraso ou falta no cumprimento das obrigações implicará em multas e outras sanções previstas em lei e demais normas aplicáveis. Piracicaba, 30 de janeiro de 2014. Daniel Antonio de Oliveira - Presidente.